

Assunto: Menção ao TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: dia a dia
Página: 4	Data: 24/03/2015

jornal do  commercio

Alepe discute novos reajustes



Clemilson Campos/Acervo JC Imagem

SEM CRISE Mesa prepara aumento de verbas a deputados

Ayrton Maciel

amaciel@jc.com.br

A pesar das crises econômica, financeira e fiscal que afetam o País e o aperto nas contas do Estado, a Mesa Diretora da Assembleia de Pernambuco prepara, de forma discreta, ouvindo os gabinetes, o reajuste das verbas dos 49 deputados do Legislativo, mais os valores extras para líderes, vice-líderes e membros das comissões, que têm maior número de servidores à disposição. O percentual está sendo discutido, não está definido, mas – a princípio – incidirá sobre as verbas indenizatória (hoje, R\$ 15 mil), de representação (líderes, vice-líderes, Mesa e comissões) e de combustível.

A justifica pública a ser dada é que a Mesa apenas vai repassar os reajustes que a Câmara Federal já concedeu aos seus 513 deputados em 25 de fevereiro, efeito cascata que agora se aplicará na Alepe. A Câmara aplicou 18,01% na verba de gabinete e 8,72% na cota parlamentar ou cotão (verbas indenizatória, passagens aéreas e postal-telefônica).

Deputados, na condição de anonimato, confirmam a consulta e a negociação que a Mesa está concluindo. “É um momento ruim, quando o País fala em crise e ajuste fiscal”, admite a possibilidade de desgaste um deputado.

A Mesa Diretora deveria se

reunir hoje, mas o 1º secretário Diogo Moraes (PSB), que responde pela tesouraria da Casa, viajou para encontro da União Nacional de Legislativos Estaduais (Unale). A reunião foi remarcada para amanhã. “Há setores que defendem o realinhamento da verba indenizatória (material de expediente, hospedagem, aluguel de carros, contrato de consultorias). A de gabinete só em abril”, disse outro deputado em reserva.

É que para o próximo mês está sendo marcado um reajuste em cadeia para os servidores da Alepe e Tribunais de Justiça (TJPE) e de Contas do Estado (TCE). A data-base é junho, mas o sindicato dos servidores da Alepe pediu a antecipação. “Fui consultada. Defendo a transparência. É possível agora o aumento da indenizatória e se estuda a de combustível. A de gabinete (salários dos comissionados) só quando sair o reajuste dos efetivos”, revela uma das cinco deputadas da Casa.

Há dois meses (em janeiro), os deputados estaduais reajustaram seus salários em 26%, passando de R\$ 20 mil para R\$ 25 mil, com base na legislação que estipula que eles podem receber até 75% do subsídio do parlamentar federal. Hoje, além do salário, um deputado estadual em Pernambuco recebe R\$ 90 mil de verba de gabinete, R\$ 15 mil de indenizatória e R\$ 4,3 mil de auxílio combustível.

Assunto: Aniversariante – Desembargador Jovaldo Nunes	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção: dia a dia/Mirella Martins
Página: 3	Data: 24/03/2015

jornal do  commercio

Aniversariantes

Os desembargadores Jovaldo Nunes e Alderita Ramos, mais Magna Lustosa, Auxiliadora Celso Martins, Daniel da Hora, Ícaro Bione, Marília Neves, Lena Santos, Luiz Vieira, Cláudio Lacerda, Ana Lúcia Rego, Carmem Toscano, Januária Diniz, Roberta Pedrosa da Fonseca, João Cardoso Ayres Neto, Fernando Caldas, Mila Portela e Geórgia Leal.

Assunto: Aula Magna – Desembargador Ricardo Paes Barreto	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: C3	Data: 24/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Aula magna

O desembargador Ricardo Paes Barreto ministra, hoje, às 20h, a aula magna do curso de Direito da Faculdade Marista, sobre *Os novo rumos do Processo Judicial Cível*.

Assunto: Prestígio em Muro Alto	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: C3	Data: 24/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Prestígio em Muro Alto

José Janguê Diniz comemorou seu aniversário, ao lado de Sandra, com um descontraído e prestigiadíssimo almoço, sábado, na sua bonita mansão de Muro Alto. Evento teve serviço de Arcádia e animação do Trio do Samba. Entre os que passaram por lá, nosso diretor-superintendente Guilherme Machado, os desembargadores Frederico Neves, José Fernandes de Lemos, Antônio de Melo e Lima, Gustavo Lima, Eurico de Barros Correia Filho e Fausto Campos e mais Antônio Lavareda, Aldo Vilela, Maurício Romão, Ivo Gomes, Marcelo Hazin, entre outros.

Assunto: Aniversariante – Desembargador Jovaldo Nunes	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: C3	Data: 24/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

aniversariantes

.....
Alderita Ramos de Oliveira, Ana
Lúcia Rego, Ana Maria Arrais,
Bartolomeu Melo Júnior, Carmem
Helena Toscano, Frederico de
Siqueira Filho, Januária Diniz, José
Aristophanes Pereira, Jovaldo
Nunes, Lena Pereira dos Santos,
Luiz Vieira e Rita Lubambo.

Assunto: TJPE pune juíza por má conduta	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a5	Data: 24/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ANDRÉA CALADO

TJPE pune juíza por má conduta

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu punir a juíza Andréa Calado da Cruz, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, por irregularidades na conduta funcional - entre elas assédio moral.

Em audiência, ontem, por maioria de votos, ficou determinado que a magistrada receberá uma advertência por escrito. Dos 14 desembargadores que participaram, apenas três pediram o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

O relator do caso, o desembargador Fausto Campos, deu o voto para que a magistrada fosse penalizada com a remoção compulsória, ou seja, transferência para outra comarca do estado.

Além de assédio, Andréa foi denunciada por coação a funcionários da Vara, vazamento de informações em dois processos e suposta exigência para que funcionários participassem de uma "cota" com o objetivo de arrecadar dinheiro que teria desaparecido da Vara.

Investigação

O caso começou a ser apu-



JOÃO VELOZO/ESP. DP/D.A PRESS

rado após a juíza ser denunciada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por suposta irregularidade num processo de guarda provisória de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção - como determina a legislação brasileira.

A criança teve a guarda

concedida ao casal, formado por um norte-americano e uma carioca, sem que fossem obedecidos todos os trâmites previstos.

Em relação a essa denúncia, a Corte do TJPE argumentou que essa possível irregularidade não pode ser classificada como má conduta porque a criança foi devolvida pelo casal.

Corte do Tribunal decidiu repreender magistrada em sessão realizada ontem

Assunto: Aniversariante – Desembargador Jovaldo Nunes	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programe-se	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 24/03/2015



PROGRAME-SE

Vamos cantar os parabéns para: Jovaldo Nunes, Antônio Guilherme Monteiro, Alexandra Monteiro, Paulo Roberto de Oliveira, Lena Santos, Luiz Góes, Luiz Vieira, Luciana Costa, Cláudio Lacerda, João Cardoso Ayres Neto, Ana Lúcia Rego, Carmem Toscano, Januária Diniz, Enrico Canazart, Miguel Melo, Daniel da Hora, João Cardoso Ayres Neto, Fernando Caldas, Alderita Ramos e Geórgia Leal.

Assunto: Aula Magna - desembargador Ricardo Paes Barreto	
Veículo: joãoalberto.com	Data: 24/03/2015
Editoria:	Seção:



Aula magna: O desembargador Ricardo Paes Barreto ministra, hoje, às 20h, a aula magna do curso de Direito da Faculdade Marista, sobre Os novo rumos do Processo Judicial Cível.

Assunto: TJPE decide punir juíza de Olinda por irregularidades

Veículo: diariodepernambuco.com.br

Data: 24/03/2015

Editoria:

Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO
.com.br



Assunto: TJPE decide punir juíza de Olinda por irregularidades	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE decide punir juíza de Olinda por irregularidades

Andréa Calado, da Vara da Infância e Juventude, teria praticado assédio moral, coação a funcionários e permitido vazamento de processos



Por 11 votos a três, Corte Especial do TJPE decidiu pela punição à magistrada. Foto: Nando Chiapetta/DP/D.A.Press

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu punir a juíza Andréa Calado, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, por irregularidades na conduta funcional - entre elas assédio moral a funcionários. Em audiência, na tarde desta segunda-feira (23), dos 14 desembargadores (entre eles o presidente do TJPE, Frederico Neves) apenas três pediram o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Por maioria de votos, a magistrada foi punida com advertência por escrito - uma das infrações previstas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O relator do caso, o desembargador Fausto Campos, deu o voto para que a magistrada fosse penalizada com a remoção compulsória, ou seja, transferência para outra comarca do estado.

Entre as denúncias apresentadas por Fausto Campos, há também coação a funcionários da Vara onde a magistrada atua, vazamento de informações em dois processos e ainda a exigência a funcionários de participar de uma "cota" para arrecadar dinheiro que teria desaparecido da Vara.

Seis desembargadores votaram pela advertência e um pela censura. Três seguiram o voto do relator, optando pela remoção compulsória. A discussão durou mais de três horas. O caso começou a ser apurado após a magistrada ser denunciada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por suposta irregularidade de um processo de guarda provisória de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção - como determina a legislação brasileira.

A denúncia, em 2013, foi publicada com exclusividade pelo Diário. Na época, o MPPE ainda apontou suposto tráfico de influência no processo envolvendo o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e a filha dele, a advogada Giovana Uchoa.

Em janeiro de 2014, o PAD foi aberto após investigações da Corregedoria Geral de Justiça apontarem indícios de assédio moral e coação de servidores, falsidade ideológica e atrasos em decisões judiciais para satisfazer interesses pessoais, entre outras denúncias. O desembargador Frederico Neves, então corregedor geral do TJPE, responsável pela apuração do caso, pediu votou a favor da abertura do PAD - o que foi aceito pela Corte Especial.

Em relação à denúncia de facilitação no processo de adoção, a Corte Especial do TJPE decidiu não apurar, pois argumentou que a possível irregularidade não pode ser classificado como má-conduta e porque a criança foi devolvida pelo casal - pondo fim ao processo de adoção.

Assunto: TJPE pune juíza por má conduta	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE pune juíza por má conduta

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu punir a juíza Andréa Calado da Cruz, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, por irregularidades na conduta funcional - entre elas assédio moral. Em audiência, ontem, por maioria de votos, ficou determinado que a magistrada receberá uma advertência por escrito. Dos 14 desembargadores que participaram, apenas três pediram o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

O relator do caso, o desembargador Fausto Campos, deu o voto para que a magistrada fosse penalizada com a remoção compulsória, ou seja, transferência para outra comarca do estado. Além de assédio, Andréa foi denunciada por coação a funcionários da Vara, vazamento de informações em dois processos e suposta exigência para que funcionários participassem de uma “cota” com o objetivo de arrecadar dinheiro que teria desaparecido da Vara.

Investigação

O caso começou a ser apurado após a juíza ser denunciada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por suposta irregularidade num processo de guarda provisória de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção - como determina a legislação brasileira.

A criança teve a guarda concedida ao casal, formado por um norte-americano e uma carioca, sem que fossem obedecidos todos os trâmites previstos. Em relação a essa denúncia, a Corte do TJPE argumentou que essa possível irregularidade não pode ser classificada como má conduta porque a criança foi devolvida pelo casal.

Assunto: Assembleia prepara reajuste das verbas de deputados	
Veículo: NE10	Data: 24/03/2015
Editoria:	Seção:



Assembleia prepara reajuste das verbas de deputados

Discussão está sendo feita pela Mesa Diretora com os deputados. Reunião decisiva pode ocorrer nesta quarta-feira

Apesar das crises econômica, financeira e fiscal que afeta o País e o aperto nas contas do Estado, a Mesa Diretora da Assembleia de Pernambuco prepara, de forma discreta, ouvindo os gabinetes, o reajuste das verbas dos 49 deputados do Legislativo, mais os valores extras para líderes, vice-líderes e membros das comissões, que têm maior número de servidores à disposição. O percentual está sendo discutido, não está definido, mas – a princípio – incidirá sobre as verbas indenizatórias (atualmente R\$ 15 mil), de representação (líderes, vice-líderes, Mesa e comissões) e de combustível.

A justificativa pública a ser dada é que a Mesa apenas vai repassar os reajustes que a Câmara Federal já concedeu aos seus 513 deputados em 25 de fevereiro, efeito cascata que agora se aplicará na Alepe. A Câmara aplicou 18,01% na verba de gabinete e 8,72% na cota parlamentar ou cotão (verbas indenizatórias, passagens aéreas e postal-telefônica).

Deputados, na condição de anonimato, confirmam a consulta e a negociação que a Mesa está concluindo. “É um momento ruim, quando o País fala em crise e ajuste fiscal”, admite a possibilidade de desgate um deputado. A Mesa Diretora deveria se reunir nesta terça-feira (24), mas o 1º secretário Diogo Moraes (PSB), que responde pela tesouraria da Casa, viajou para encontro da União Nacional de Legislativos Estaduais (Unale). A reunião foi remarcada para esta quarta-feira (25). “Há setores que defendem o realinhamento da verba indenizatória (material de expediente, hospedagem, aluguel de carros, contrato de consultorias). A de gabinete só em abril”, disse outro deputado em reserva.

É que para o próximo mês está sendo marcado um reajuste em cadeia para os servidores da Alepe e Tribunais de Justiça (TJPE) e de Contas do Estado (TCE). A data-base é junho, mas o sindicato dos servidores da Alepe pediu a antecipação. “Fui consultada. Defendo a transparência. É possível agora o aumento da indenizatória e se estuda a de combustível. A de gabinete (salários dos comissionados) só quando sair o reajuste dos efetivos”, revela uma das cinco deputadas da Casa.

Há dois meses (janeiro), os deputados estaduais reajustaram seus salários em 26%, passando de R\$ 20 mil para R\$ 25 mil, com base na legislação que estipula que eles

podem receber até 75% do subsídio do parlamentar federal. Hoje, além do salário, um deputado estadual em Pernambuco recebe R\$ 90 mil de verba de gabinete, R\$ 15 mil de indenizatória e R\$ 4,3 mil de auxílio combustível.

Quem é líder de bancada, partido ou titular de comissão tem mais 60% na verba de gabinete. O presidente da Casa, Guilherme Uchôa (PDT), tem 100% e o 1º secretário tem 90%. Os demais da Mesa ganham mais 70%.